

<b>UNIVERSIDADE FEDERAL DE SANTA CATARINA</b> <b>CENTRO DE CIÊNCIAS JURÍDICAS</b> <b>COORDENADORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM DIREITO</b> <b>PLANO DE ENSINO</b> <b>TRIMESTRE III/2018</b>
---

**I. IDENTIFICAÇÃO DA DISCIPLINA:**

CÓDIGO	NOME DA DISCIPLINA	Nº DE HORAS-AULA	TOTAL DE HORAS-AULA TRIMESTRAIS
DIR-410274	Direito Internacional Privado e Processual Europeu	45h	

**I.1. HORÁRIO**

DIA: Terça-feira	PERÍODO: setembro a dezembro de 2018
HORA: 9:00 – 12:00	

**II. PROFESSOR MINISTRANTE**

Aline Beltrame de Moura

**III AREA (S) PARA O QUAL(IS) A DISCIPLINA É OFERECIDA**

1. Relações Internacionais e sustentabilidade.

**IV. EMENTA**

Módulo Jean Monnet. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado. Codificação Europeia. Relação entre Direito Internacional Privado e Direito da União Europeia. Interpretação e aplicação das fontes. Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu. Direito de Família europeu. Direito das Sucessões europeu.

**V. OBJETIVOS**

Objetivos Gerais: O curso insere-se no Programa Erasmus + da Comissão Europeia, a qual instituiu o Módulo Jean Monnet no Centro de Ciências Jurídicas da UFSC. A disciplina se propõe a fornecer aos estudantes o conhecimento crítico sobre os problemas gerais do direito internacional privado e processual europeu e os diferentes métodos utilizados, a fim de oferecer uma visão completa do sistema europeu, em particular, dos recentes e importantes desenvolvimentos legislativos e jurisprudenciais do direito da União Europeia nesse campo.

Objetivos Específicos: Estudar o processo de integração regional da União Europeia; verificar as técnicas tradicionais e as novas orientações metodológicas do direito internacional privado; analisar a codificação regional através de atos normativos adotados pela União Europeia; analisar os problemas atinentes à interpretação e aplicação de tais fontes e a relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia; compreender o funcionamento das normas de Direito de Família europeu, do Direito das Sucessões europeu e do Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu.

**VI. CONTEÚDO PROGRAMÁTICO**
Conteúdo Teórico:

- 1) O processo de integração regional da União Europeia;
- 2) Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do direito internacional privado;
- 3) Codificação através de atos normativos adotados pela União Europeia;
- 4) Relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia e os problemas atinentes à interpretação e aplicação de tais fontes
- 5) Direito de Família europeu
- 6) Direito das Sucessões europeu
- 7) Direito das Obrigações contratuais e extracontratuais europeu
- 8) Apresentação de *papers*.

**VII. METODOLOGIA DE ENSINO / DESENVOLVIMENTO DO PROGRAMA**

Aulas expositivas e debates específicos.

## VIII. METODOLOGIA DE AVALIAÇÃO

Apresentação de Seminário e *paper* e/ou resenhas críticas.

## IX. CRONOGRAMA TEÓRICO

DATA	ASSUNTO
18/09	O processo de integração regional da União Europeia
25/09	Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado
02/10	Codificação Europeia do Direito Internacional Privado
09/10	A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia no tocante à interpretação e à aplicação de tais fontes
16/10	Missão acadêmica no Japão
23/10	Missão acadêmica no Japão
30/10	Direito de Família europeu
06/11	Direito das Sucessões europeu
13/11	Direito das Obrigações contratuais
20/11	Direito das Obrigações extracontratuais
27/11	Reunião Módulo Jean Monnet na Bélgica
04/12	Apresentação de <i>papers</i>

## X. BIBLIOGRAFIA

### Aula 1. O processo de integração regional da União Europeia (18/09)

#### Textos obrigatórios:

BERGÉ, Jean Sylvestre; ROBIN-OLIVIER, Sophie. Le Droit Européen et la Définition du Droit. In: *Droit européen*. Paris: Presses Universitaires de France, 2008, pp. 05-46.

MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de. Introdução ao Direito Internacional Privado da União Europeia: da interação originária do direito internacional privado e do direito comunitário à criação de um direito internacional privado da União Europeia. In: MOURA RAMOS, Rui Manuel Gens de; MONACO, Gustavo Ferraz de Campos (Coord.). *Aspectos da Unificação europeia do direito internacional privado*. São Paulo: Intelecto, 2016, p. 3-61.

MOURA, Aline Beltrame de. Organizações Internacionais de Natureza Supranacional e Intergovernamental: o caráter híbrido da União Europeia e a Intergovernamentalidade do Mercosul. In: Odete Maria de Oliveira. (Org.). *Organizações Internacionais e seus Dilemas Formais e Informais*. 1ed. Ijuí: Unijuí, 2012, v. 1, p. 263-294.

#### Textos complementares:

MONNET, Jean. *Memórias: A construção da unidade europeia*. Trad. De Ana Maria Falcão. Brasília: EdUnB, 1986.

TIZZANO, Antonio. The foreign relations law of the EU between supranationality and intergovernmental model. In: CANNIZZARO, Enzo (Ed.). *The European Union as an Actor in International Relations*. The Hague: Kluwer Law International, 2002, p. 135-147.

ROSSI, Lucia Serena. How fundamental are fundamental principles? Primacy of the EU Law, principles of national constitutions and fundamental rights after Lisbon. In: VENTURINI, Gabriella; BARIATTI, Stefania (eds.). *Individual Rights and International Justice*, Liber Fausto Pocar. Milano: Giuffrè, 2009, p. 801-822.

### Aula 2. Técnicas tradicionais e novas orientações metodológicas do Direito Internacional Privado (25/09)

#### Textos obrigatórios:

ARAÚJO, Nádia. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 27-60.

CITTADINO, Gisele; DUTRA, Deo Campos. Direito Internacional Privado: o diálogo como instrumento de efetivação dos Direitos Humanos. *Seqüência*, n. 64, jul. 2012, p. 259-284.

POCAR, Fausto. La comunitarizzazione del diritto Internazionale privato: una "European Conflict of Laws Revolution"? *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XXXVI, n. 1, gennaio-marzo, 2000, p. 873-884.

HAY, Peter. European Conflicts Law after the American "Revolution": Comparative Notes. *University of Illinois Law Review*, 2015, p. 2053-2073.

KINSCH, Patrick. Private International Law topics before the European Court of Human Rights. *Yearbook of Private International Law*, Volume 13 (2011), pp. 37-49.

#### **Textos complementares:**

CAMPILGIO, Cristina. Identità culturale, diritti umani e diritto internazionale privato. *Rivista di Diritto Internazionale*. Vol. XCIV, fasc. 4, 2011, p. 1029-1064.

MARINO, Silvia. Brevi considerazioni sulle interazioni fra diritto internazionale privato e diritti umani. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2015), Vol. 7, Nº 1, pp. 112-127.

### **Aula 3. Codificação Europeia do Direito Internacional Privado (02/10)**

#### **Textos obrigatórios:**

ARAÚJO, Nádia. *Direito Internacional Privado: teoria e prática brasileira*. 7ª ed. São Paulo: Editora Revista dos Tribunais, 2018, p. 61-88.

BASEDOW, Jürgen. Coerência do Direito Internacional Privado da União Europeia. In: JAEGER, Augusto (Org.) *Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia*. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 51-78.

JAYME, Erik. Codificação e Parte Geral em Direito Internacional Privado. In: JAEGER, Augusto (Org.) *Europeização da parte geral do direito internacional privado: estudos sobre uma codificação do direito internacional privado na União Europeia*. Porto Alegre: RJR, 2016, p. 31-50.

RÜHL, Giesela; HEIM, Jena van; HEIM, Jan von. Towards a European Code on Private International Law? *Rabels Zeitschrift für Ausländisches und Internationales Privatrecht*. Vol. 79, afl. 4, 2015, p. 701-751

#### **Textos complementares:**

BERGÉ, Jean Sylvestre; PORCHERON, Delphine; CERQUEIRA, Gustavo Vieira da Costa. Droit International Privé et Droit de l'Union Européenne. In: *Répertoire Dalloz (de Droit international et de Droit européen)*. Avril 2017, pp. 01-44.

MOURA, Aline Beltrame de. A marginalização do critério de conexão da nacionalidade em favor da residência habitual do indivíduo no direito internacional privado europeu. *Cuadernos ASADIP- Jóvenes Investigadores*, v. 1, 2015, p. 13-30.

VIDAL, María Dolores Ortiz. Espacio judicial europeo y Tratado de Lisboa: hacia un nuevo derecho internacional privado. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2010), Vol. 2, Nº 1, pp. 376-402.

### **Aula 4. A relação entre direito internacional privado e direito da União Europeia e os problemas atinentes à interpretação e aplicação das fontes (09/10)**

### **Textos obrigatórios:**

BERGÉ, Jean Sylvestre. La hiérarchisation des droits et l'application du droit à différents niveaux. In: *L'application du droit national, international et européen*. Paris: Dalloz, 2013, pp. 263-317.

LIAKOPOULOS, Dimitris. Interactions between European Court of Human Rights and Private International Law of European Union. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2018), Vol. 10, nº 1, pp. 248-305.

NORDMEIER, Carl Friedrich. Breves reflexões sobre a viabilidade de uma Parte Geral de Direito Internacional Privado. In: JAEGER JUNIOR, Augusto (org.). *Europeização da Parte Geral do Direito Internacional Privado: estudos sobre uma codificação do Direito Internacional Privado na União Europeia através de um Regulamento Zero*. Porto Alegre: Gráfica e editora RJR, 2016, p. 117-131.

### **Textos complementares:**

BARIATTI, Stefania. Qualificazione e interpretazione nel diritto internazionale privato comunitario: prime riflessioni. *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLII, 2006, p. 361-376.

RODRÍGUEZ, Irene Blázquez. Libre circulación de personas y derecho internacional privado: una análisis a la luz de la jurisprudencia del tribunal de justiça de la Unión Europea. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Octubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 106-126.

## **Aula 5. Direito de Família europeu (30/10)**

### **Textos obrigatórios:**

BUSCHBAUM, Markus; SIMON, Ulrich. Les propositions de la Commission européenne relatives à l'harmonisation des règles de conflit de lois sur les biens patrimoniaux des couples mariés et des partenariats enregistrés. *Revue critique de droit international privé*. N. 4, octobre-décembre, 2011, p. 801-816.

CLERICI, Roberta. Il nuovo regolamento dell'Unione europea sulla legge applicabile al divorzio e alla separazione personale. *Famiglia e Diritto*, vol. 11, 2011, p. 1053-1065.

LAGARDE, Paul. Eléments pour un droit international privé communautaire des régimes matrimoniaux et des successions. In: *Seminário Internacional sobre a Comunitarização do Direito Internacional Privado*. Lisboa: Almedina, 2005, p.149-164.

MOTA, Helena. Os efeitos patrimoniais do casamento e das uniões de facto registadas no Direito Internacional Privado da União Europeia. Breve análise dos Regulamentos (UE) 2016/1103 e 2016/1104, de 24 de Junho. *Revista Electrónica de Direito*. n. 2, (jun/2017), pp. 02-33.

SEATZU, Francesco; GONZALEZ, Javier Carrascosa. Normas de competência judicial internacional en la propuesta de reglamento "Roma III". *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLV, n. 3, luglio-settembre, 2009, p. 567-588.

### **Textos complementares:**

DOMÍNGUEZ, Celia M. Caamiña. Divorcio privado dictado por un tribunal religioso de un tercer estado: Asunto c-281/15 Soha Sahyouni y Raja Mamisch. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Octubre 2017), Vol. 9, Nº 2, pp. 629-634.

VIARENGO, Ilaria. Il Regolamento UE sulla legge applicabile alla separazione e al divorzio e il ruolo della volontà delle parti. *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLVII, n. 3, luglio-settembre, 2011, p. 601-624.

QUEIROLO, Ilaria; CARPANETO, Laura. Considerazioni critiche sull'estensione dell'autonomia privata a separazione e divorzio nel regolamento "Roma III". *Rivista di Diritto Internazionale Privato e Processuale*. Anno XLVIII, n. 1, gennaio-marzo, 2012, p. 59-86.

## **Aula 6. Direito das Sucessões europeu (06/10)**

### **Textos obrigatórios:**

BARREDA, Naiví Chikoc. Reflexiones sobre los regímenes especiales em derecho internacional privado sucesório según el Reglamento europeo 650/2012 de 4 de julio de 2012. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2014), Vol. 6, Nº 1, pp. 121-146.

GONÇALVES, Anabela Susana de Souza. As linhas gerais do Regulamento Europeu sobre Sucessões. *Cadernos de Direito Privado*. n. 52 (outubro/dezembro) 2015, pp. 03-19.

LAGARDE, Paul. Les principes de base du nouveau règlement européen sur les successions. *Revue critique de droit international privé*. N. 4, octobre-décembre, 2012, p. 691-732.

MOTA, Helena. A autonomia conflitual e o reenvio no âmbito do Regulamento (UE) n. 650/2012 do PE e do Conselho, de 4 de julho de 2012. *Revista Electrónica de Direito*. n. 1 (fev/2014), pp. 02-22.

### **Textos complementares:**

BUONOMENNA, Francesco. Recenti sviluppo della disciplina successoria in base al Regolamento (UE) n. 650/2012. *Diritto Comunitario e degli Scambi Internazionali*. Anno LIV, Luglio-Dicembre 2015, p. 453-482.

SALVAT, María Asunción Cebrián Los will substitutes y el Reglamento sucesorio europeo. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2016), Vol. 8, Nº 1, pp. 318-333.

## **Aula 7. Direito das Obrigações contratuais (13/11)**

### **Textos obrigatórios:**

BONOMI, Andrea. The Rome I Regulation on the Law Applicable to Contractual Obligations – Some General Remarks. *Yearbook of Private International Law*. Vol. X, 2008, pp. 165-176.

CARAVACA, Alfonso-Luis Calvo. El Reglamento Roma I sobre la ley aplicable a las obligaciones contractuales: cuestiones escogidas. *Cuadernos de derecho transnacional*, Vol. 1, Nº. 2, 2009, págs. 52-133.

GRIEDER, Hilda Aguilar. Desafíos y tendencias en el actual derecho internacional privado europeo de los contratos. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Octubre 2012), Vol. 4, nº 2, pp. 23-48.

### **Textos complementares:**

BAR, Christian von; NÖLKE-SCHULTE, Hans (ed.) *Principles, Definitions and Model Rules of European Private Law: Draft Common Frame of Reference (DCFR)*. Munich: GmbH, 2009, p. 60-99.

JUÁREZ, Isabel Antón. Los retos de la litigación transnacional en la Unión Europea: ¿se ha extendido demasiado la “noción de materia contractual” en el Reglamento Bruselas I?. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2018), Vol. 10, Nº 1, pp. 525-533.

MOURA VICENTE, Dario. A comunitarização do direito internacional privado e o comércio eletrónico. In: *Seminário Internacional sobre a Comunitarização do Direito Internacional Privado*. Lisboa: Almedina, 2005, p. 63-77.

## **Aula 8. Direito das Obrigações extracontratuais (20/11)**

### **Textos obrigatórios:**

BERTOLI, Paolo. Party autonomy and choice-of-law: Methods in the «Rome II» Regulation on the law applicable to non-contractual obligations. *Diritto dell'Unione Europa*, fasc.2, 2009, p. 231.

RODRÍGUEZ, Javier Maseda. El juego de las normas imperativas en el Reglamento Roma II sobre ley aplicable a las obligaciones no contractuales: límites a la aplicación de la lex causae. *Revista Electrónica de Estudios Internacionales*. N. 25, 2013, p. 01-45.

VÁZQUEZ, Ángeles Rodríguez. La ley aplicable a las obligaciones extracontractuales en el espacio europeo. *Revista Aranzadi de derecho patrimonial*, Nº 25, 2010, p. 167-179.

### **Textos complementares:**

LÓPEZ, María Luisa Villamarín. Competencia judicial internacional en supuestos de responsabilidad extracontractual en internet: nuevos criterios interpretativos en la determinación del lugar de producción del daño. A propósito de la STJUE Concurrency vs. Samsung y Amazon, de 21 de diciembre de 2016. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2018), Vol. 10, Nº 1, pp. 657-661.

MARTÍNEZ, Isabel lorente. Lugar del hecho dañoso y obligaciones extracontractuales. La sentencia del TJUE de 25 octubre 2011 y el coste de la litigación internacional en Internet. *Cuadernos de Derecho Transnacional* (Marzo 2012), Vol. 4, Nº 1, pp. 277-301.

## **Aula 9. Apresentação de papers (04/12)**